

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , de 2008

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Regulamenta a faculdade da União condicionar a transferência de recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, a Estados, seus respectivos Municípios, e ao Distrito Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º – A presente lei regulamenta a faculdade da União reter ou estabelecer qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, aos Estados, seus respectivos Municípios, e ao Distrito Federal, nos termos do artigo 160, e seu Parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º. – Somente será autorizado à União reter ou condicionar a entrega da parcela de recursos arrecadados com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, atribuídos aos Estados e ao Distrito Federal, quando o produto de sua arrecadação tiver sido, no exercício fiscal considerado, integralmente destinado pela União às finalidades estipuladas pela lei de criação dessa contribuição.

Art. 3º. – A retenção ou a restrição à entrega e ao emprego da parcela de recursos da Cide incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, aos Estados e ao Distrito Federal, implicará na dedução

automática de montante equivalente ao da retenção ou da restrição impostas a estas entidades dos créditos em aberto que a União tenha em relação a estas, acarretando sua quitação proporcional até o montante retido, restringido ou contingenciado da receita da contribuição.

Art. 4º. – A Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 8º-A. O uso de recursos da Cide em finalidades diferentes das definidas nesta Lei implica responsabilidade objetiva da União ou do ente político a que competir o emprego dos recursos fiscais, pelos danos e prejuízos de qualquer natureza decorrentes do mal estado de conservação das rodovias, inclusive lucros cessantes ou perdas extraordinárias, incorridos por ou ocasionados aos usuários dessas rodovias no exercício fiscal em que não haja ocorrido a aplicação integral do produto da arrecadação da Cide.

Parágrafo único - Fica assegurado ao ente político direito de regresso contra o servidor público que autorizar ou fizer o uso indevido dos recursos da contribuição.”

Art. 5º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei complementar tem o objetivo de restringir o uso indevido da Cide incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível ou o seu contingenciamento.

A contribuição, instituída a fazer frente a determinadas despesas, vem sendo utilizada para pagamentos outros como aposentadorias de funcionários públicos e pagamento da dívida externa.

Uma consequência natural do mal uso dos recursos é o mal estado das rodovias federais, gerando toda sorte de acidentes. Outra consequência indesejada é o retirar-se da sociedade parcela de recursos expressivos, mediante modalidade arrecadatória que se insere dentro do âmbito das responsabilidades estatais de prestação de serviços para o contribuinte, ao contrário do mecanismo geral de cobranças de impostos que podem ter destinação genérica e indeterminada, como é admitido.

Assim, propõe-se, na hipótese de aplicação irregular dos recursos da Cide, ocorra a responsabilidade objetiva da União pelos prejuízos

havidos em decorrência do estado das estradas. Assegura-se, ademais, o direito de regresso da União em relação aos servidores e autoridades diretamente vinculados à aplicação dos recursos. Além disso, o montante de receita obtida pela cobrança da Cide que deixe de ser aplicada às finalidades legalmente previstas implicará em compensação de créditos que a União tenha com os Estados e o Distrito Federal, de forma a ocasionar um efetivo custo adicional caso o desvio de recursos seja verificado.

Somente assim haverá correto direcionamento de tais valores, moralizando a destinação da contribuição.

Sala das Sessões, em 7 de fevereiro de 2008.

Antonio Carlos Mendes Thame
Deputado Federal